

atrás do outro, que foi uma privatização feita pelo governo passado...

A Eletropaulo e o Banespa foram feitos pela gestão do PSDB, as gestões que vêm antecedendo, uma gestão atrás da outra, entregando o patrimônio público. Agora, o Tarcísio acabou de assumir o governo do estado e já está entregando a Sabesp, patrimônio importantíssimo para o nosso estado.

Nós estamos colocando aqui alguns exemplos: o Banespa, que parou o desenvolvimento do estado de São Paulo, não tem apoio mais aos municípios; a telefonia, que nós não conseguimos hoje atender 100% da população do nosso estado; o sistema elétrico, que tem gerado problemas permanentes, inclusive com aumento de tarifa muito acima do que era antigamente, quando a Eletropaulo fazia a gestão, e não temos com quem conversar.

Agora o governador Tarcísio quer entregar a Sabesp do mesmo jeito que o Doria entregou a ViaMobilidade do sistema de transporte na Grande São Paulo. Então a privação traz prejuízo para a população. Então nós faremos todos os esforços para que esse projeto não seja aprovado aqui na Assembleia Legislativa.

\*\*\*
- Assume a Presidência o Sr. Simão Pedro.

Eu quero concluir este ano, nobre deputado Reis, falando que eu tenho orgulho da Assembleia Legislativa, eu tenho orgulho dos 94 deputados da Assembleia Legislativa que não se curvaram ao Tarcísio e não venderam a empresa mais importante pública que nós temos no estado de São Paulo, que é a empresa Sabesp.

Então eu quero terminar e concluir este ano ainda falando que eu tenho orgulho dos deputados estaduais que não se curvaram à adesão do governador Tarcísio de entregar hoje a Sabesp aos prazeres aí do setor privado do estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Com a palavra o nobre deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, eu vou falar pela terceira vez, porque eu tenho que compensar o dia de ontem, porque ontem eu não consegui.

Ontem nós estávamos lá para dar início ao congresso de comissões e eu não consegui falar, então eu preciso falar para compensar a data de ontem, porque eu fico devedor do povo. E eu não quero ficar devedor do povo, né? Eu quero ser sempre credor, presidente, quer dizer, eu quero ter sempre crédito com a população.

Cumprimento aqui o deputado Tomé Abduch, que acabou de chegar.

Presidente, eu quero retornar aqui ao assunto da Enel, ou “Enel” - uns falam “Enél”, outros falam “Énel”, ou “Dona Énel”, ou “Dona Enél” -, uma empresa incompetente, ineficiente.

Quero falar do prejuízo que ela causou com a sua ineficiência nesse período, depois de uma chuva, realmente houve uma forte chuva, uma tempestade com ventos de 100 km por hora, mas até hoje ela não conseguiu restituir a energia elétrica para toda a população de São Paulo.

Hoje mesmo eu passei ali no Capão Redondo e ali tinham marcas da manifestação que foi feita ontem. Pneus que eles queimaram ali, a população se manifestando, cobrando da empresa Enel providências. Nos cinco dias sem energia elétrica, os setores de comércio e serviços da cidade de São Paulo perderam pelo menos 1,3 bilhão em faturamento bruto. Olha o prejuízo que dá uma empresa que não se preste a sua responsabilidade.

Imaginem vocês, com um pequeno exemplo que foi da Enel, amanhã também nós teremos exemplos com a falta de água. Quer dizer, um dia que fica sem água em São Paulo, o prejuízo que se dá. Então, isso aí são setores estratégicos. Água é estratégica, água é vida, água é importantíssima, e energia elétrica também é estratégica.

\*\*\*
- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

Então, 1,3 bilhão em faturamento bruto, segundo a Federação do Comércio, a Fecomercio, do estado de São Paulo. O montante considera os impactos causados na proporção de negócios de ambos os setores que tiveram cortes de fornecimento e que precisavam fechar as portas, ou que precisaram fechar as portas, desde sexta-feira, o dia do vendaval.

Considerando que regiões da metrópole do entorno ainda permanecem às escuras, os prejuízos serão ainda maiores no orçamento do mês. Pelos cálculos, os serviços foram os mais prejudicados.

As empresas do setor, afetadas pela interrupção de eletricidade, precisando fechar as portas, já deixaram de receber 930 milhões nesses cinco dias de funcionamento parcial. O comércio, por sua vez, perdeu 465 milhões em vendas no mesmo período, considerando apenas as lojas que deixaram de operar por falta de energia elétrica.

E a Enel projeta um lucro líquido entre 6,4 e 6,7 bilhões de euros, e parte desse lucro é levado do Brasil. Ela é uma empresa italiana, uma das maiores do mundo, mas que não presta um serviço de qualidade e que, quando você precisa ligar para a Enel, é uma dificuldade. Você fica falando ali com a máquina, com o computador.

Assim como é... Também quero fazer aqui uma fala sobre a prefeitura de São Paulo, assim como é também o 156. Eu fui à subprefeitura de Santo Amaro, pedi poda em umas árvores ali em Santo Amaro e a pessoa que me atendeu falou: “Mas você precisa ligar no 156”.

Eu, na frente dele, fui ligar no 156. Em 15 minutos, eu não tinha sido atendido. E, depois de 15 minutos ouvindo ali a musiquinha, ouvindo um monte de fala sobre a prefeitura, depois de 15 minutos a pessoa me atendeu e falou: “Não estou conseguindo entender o senhor, está cortando a ligação, o senhor pode ligar novamente?”. E isso eu fiz na presença de um funcionário da prefeitura.

Então nós precisamos de eficiência, nós precisamos de empresas que se prestem a entregar aquilo que elas se propõem. E a prefeitura também, porque nós temos problema na questão do que se refere à poda de árvores.

E para dizer que a Enel encerrou setembro com lucro de 5 bilhões de euros no acumulado de 2023. Alta de 65,2 na comparação com o mesmo período do ano passado. Então dizer para a dona Enel que não é só levar o dinheiro do povo não, não é só mandar a conta para a gente pagar. Ela tem que cumprir o seu papel e entregar serviço de qualidade.

A população de São Paulo, a nossa população, não merece passar pelo sofrimento que passou, Sr. Presidente.

O SR. REIS - PT - Aproveite o momento para requerer de V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Não. Ainda tem orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. REIS - PT - Houve novos oradores?

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Há novos oradores.

O SR. REIS - PT - Quem se inscreveu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Dando sequência ao Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes.

O SR. REIS - PT - Então, eu quero retirar o requerimento que fiz a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Está retirado, nobre deputado Reis. Dando sequência ao Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. RODRIGO MORAES - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tri-

buna, no dia de hoje, para também fazer algumas ponderações, algumas colocações importantes, principalmente envolvendo a nossa região ali, a cidade de Itu.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

\*\*\*

Eu recebi hoje um vídeo, e eu vou pedir para que a assistência técnica da Casa possa colocar. Mas, antes disso, só fazendo um preâmbulo para falar um pouquinho da questão da falta de água que está acontecendo na cidade.

Nós temos vários bairros que estão com um problema de falta de água, sendo que essa falta de água, infelizmente, tem ocorrido por incompetência da autarquia que é administrada pela prefeitura, que é a CIS, Companhia Ituana de Saneamento. Então, eu queria que você pudesse colocar o vídeo, por favor.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Esse vídeo é de uma caixa de água que fica dentro do condomínio, o Condomínio Theodora. Essa água que está nesta caixa ajuda a alimentar alguns bairros da cidade, como o bairro da Liberdade, o Novo Itu, bairros importantes e bairros populosos.

E a Companhia de Saneamento Ituana já foi requisitada várias vezes para poder resolver o problema, e não resolve. Faz uma série de alegações, que falta peça e, infelizmente, a gente vê aí a água indo embora e a população sem água.

A gente vê algumas manifestações do prejuízo, pelas redes sociais, esse problema de energia elétrica que nós estamos sofrendo. Ele faz uma postagem colocando: “Olhe essa noite ficará tranquila porque todos terão que dormir mais cedo, não terá energia elétrica”.

Ele não sai às ruas para poder dar amparo e acolher a população, para poder ajudar neste momento difícil. Não vejo as cobranças dele em cima destas questões. Ele bate o pé dizendo o seguinte, que não falta água na cidade...

E a população indignada porque a água não chega à torneira. O prefeito se preocupa, infelizmente, em poder criticar outras pessoas, principalmente a mim, querendo, na questão pessoal e não na questão pública.

Ele tem um empregado dele na Câmara, que é o vereador Ricardo Giordani, que usa todas as sessões de Câmara querendo me agredir, agredir a minha família. Que ele sim, é um empregado do prefeito. Uma pessoa que não ganhou nenhuma eleição e sim foram mandatos que ele assumiu com a renúncia de outros.

Mas ele usa a tribuna ao invés de poder ver esses problemas que a cidade está enfrentando, para criticar a minha pessoa, enquanto nós estamos na rua, ouvindo as pessoas, conversando com as pessoas e buscando, sim, junto ao Governo de Estado, resolver os problemas, levar verbas, levar recursos, fazer ações, que a cidade hoje está perdendo emprego.

A cidade hoje está perdendo empresas devido à má gestão, devido à falta de investimentos na área para buscar trazer empresas para a cidade. Hoje nós vemos um centro, um comércio fechando e, infelizmente, pela falta de atuação do poder público municipal. A renda da população...

A gente vê a cidade cada vez ficando mais dormitório. E o prefeito, preocupado com o quê? Com as viagens internacionais dele. Preocupado em poder criar jornais, factoides, para poder ficar criticando os outros, falando da vida das pessoas. Sendo que deveria olhar para o próprio umbigo, tanto o Sr. Guilherme Gazzola como também o Sr. Ricardo Giordani.

Eu sei que o Ricardo Giordani fica meio que atalhado nos seus discursos, até pelos enfrentamentos que ele tem vivido, infelizmente, nessas idas e vindas a clínicas que ele costuma enfrentar, pelas debilidades que ele tem.

Mas eu quero dizer à população o seguinte: nós estamos trabalhando, vamos continuar trabalhando. E não vamos permitir que a cidade de Itu continue sofrendo com esses desmandos e com esse coronelismo. Porque o tempo de vocês está acabando.

Um abraço.

Quero agradecer a todos os deputados pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE - PAULO FIORILO - PT - Muito obrigado, deputado.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Face ao acordo de lideranças, e cumprimentando o público que acaba de chegar, eu peço para V. Exa. levantar a sessão.

O SR. PRESIDENTE - PAULO FIORILO - PT - Havendo acordo de lideranças, antes, porém, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os Projetos de lei nºs 454 e 523, de 2003, vetados. Convoca ainda V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

Muito obrigado, Sr. Deputado Reis.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 46 minutos.

\*\*\*

## 10 DE NOVEMBRO DE 2023 136ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: REIS e CARLOS GIANNAZI</p>
<p><b>RESUMO</b></p>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - REIS Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência.</p> <p>4 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - REIS Assume a Presidência.</p> <p>6 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>8 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>9 - PRESIDENTE REIS Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 13/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>
<p><b>PEQUENO EXPEDIENTE</b></p>
<p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.</p> <p>Cumprimentando o público presente, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, cumprimentando todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp. Dou início aqui ao Pequeno Expediente.</p> <p>Chamamos para fazer uso da palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.)</p>

Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.)

Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.)

Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Oseias de Madureira. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.)

Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, chamamos o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos para fazer uso da tribuna.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, deputado, presidente Reis. Quero saudar aqui os alunos e professores presentes na Assembleia Legislativa, os telespectadores da TV Assembleia.

Presidente, dizer que nós estamos aqui debatendo já o PLC 143, de 2023. O projeto foi encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Executivo, depois de muita luta, muita pressão, nós conseguimos que o governo encaminhasse o projeto de lei, sobretudo para resolver a questão das APDs, das Atividades Pedagógicas Diferenciadas.

No entanto, Sr. Presidente, é aquela velha história, o famoso Barão de Itararé tinha razão, de onde a gente menos espera, daí que não vem nada mesmo. O governo encaminhou o projeto, porém, com muitas falhas.

A começar pelo principal artigo, que trata da questão das APDs, onde o governo colocou no artigo que o secretário da Educação que iria decidir onde seriam realizadas essas Atividades Pedagógicas Diversificadas.

Olha o absurdo, Sr. Presidente. Porque a reivindicação era justamente para que os professores escolhessem. Por isso que a palavra de ordem dessa luta é “APDs em local de livre escolha do professor”, e não do secretário da Educação.

Porque esse artigo deixa o professor refém dos secretários de plantão dos governos que entram e dos governos que saem. O professor perde totalmente a sua autonomia.

Então, têm várias incoerências nesse projeto. Porém, nós estamos corrigindo o projeto através das emendas que nós apresentamos. Inclusive, hoje, Sr. Presidente, foram publicadas as primeiras emendas, e as primeiras seis emendas são as emendas que eu encaminhei, da nº 1 até a nº 6, corrigindo, aperfeiçoando, melhorando, incluindo no projeto, no PLC 143, exatamente as reivindicações do Magistério estadual.

Por isso, tenho um quadro aqui que tem alguns delas, Sr. Presidente, eu queria destacar aqui a questão das APDs, que eu deixei bem claro que elas devem ser de livre escolha dos professores; a questão da falta-aula também, o governo deu uma pequena recuada, em um sentido de que haverá a volta da falta-aula e não a falta-dia.

Porém, tem uma pegadinha aí, Sr. Presidente, o governo é de uma maldade, de uma perversidade sem precedentes, ele aumenta o desconto na falta-aula: de um vinte e um avos para um...

Na verdade, de um vinte e um; eu apresentei uma emenda para que volte ao que era antes - um trinta avos, em caso de falta-dia -, mas o governo sempre querendo tirar alguma coisa do Magistério estadual.

Uma outra emenda que eu apresentei, Sr. Presidente, é em relação à questão da pontuação para atribuição de aulas. A nossa reivindicação, a reivindicação do Magistério, é que o tempo de serviço, o tempo de Magistério, seja o único tempo para o processo de pontuação. O governo inventou agora assiduidade, para punir ainda mais, por exemplo, os professores. Um absurdo isso, Sr. Presidente.

O professor, quando falta em uma licença-médica, por exemplo, é porque ele adoeceu e, aliás, em serviço, por conta das péssimas condições de trabalho. E o governo vai, além de descontar do professor na aposentadoria, em outros aspectos, vai descontar também aqui na atribuição de aulas. Nós corrigimos, dizendo, a emenda que eu apresentei afirma que não, que só vai valer mesmo o tempo de Magistério, o tempo de serviço do professor.

Tem uma outra perversidade aqui, Sr. Presidente, em um dos artigos, o governo estende o prazo para que os professores façam a adesão à “farsa da nova carreira”, a Lei nº 1.374, onde quase ninguém aderiu, porque a lei é muito ruim.

Ninguém quer aderir a essa carreira, porque acaba com os quinquênios, com a evolução funcional por tempo de serviço, com a sexta-parte, com a licença-prêmio, para quem ingressa nela. Logicamente que ninguém quer isso.

Então, o governo, percebendo que ninguém está aderindo, estende o prazo por mais dois anos. Olha só, Sr. Presidente, quando, no entanto, a nossa luta é pela revogação imediata dessa nefasta Lei nº 1.374, que ela seja toda extinta, de tão ruim que ela é.

E, terminando aqui, Sr. Presidente, que o meu tempo já está se esgotando. Nós incluímos também um artigo nessa Lei nº 1.143, que trata da questão da prorrogação dos contratos dos professores de categoria “O”. Dos contratos de 2018, 2019, 2020 e 2021, Sr. Presidente, porque esses contratos serão...

A Secretaria está anunciando que vai extinguir todos esses contratos, agora no final de dezembro, no dia 31 de dezembro, ou seja, haverá desemprego em massa na rede estadual de ensino.

Então, eu apresento aqui um artigo pegando esse PLC, porque é um projeto de lei complementar do governo, e incluindo a prorrogação desses contratos. E a chamada imediata dos aprovados no concurso que houve para 15 mil cargos, que é pouco.

Nós temos 100 mil cargos, 100 mil professores de categoria “O”, aproximadamente. Esse é o número, Sr. Presidente. Então tem vaga aí para todo mundo, para prorrogar, para chamar os aprovados.

Então, a emenda que eu apresentei resolveu a situação dos professores desses contratos, para que não haja desemprego e os professores continuem trabalhando na rede estadual. E, ao mesmo tempo, obriga o governo a fazer a chamada imediata e dar posse, que ele faça a nomeação de todos os aprovados.

E estenda também o número, logicamente, não só de 15 mil, mas tem que chamar os 100 mil professores de categoria “O” que estão lecionando hoje, com direito, inclusive, Sr. Presidente - que tem aqui na minha emenda também -, ao lamspe porque, hoje, o professor de categoria “O” contratado pela Lei nº 1.093 - a lei da precarização dos contratos dos servidores do estado de São Paulo, não garante a utilização do lamspe pelo professor de categoria “O” -, fica sem assistência nenhuma. Assistência médica.

E agora, com essa denúncia que nós fizemos, de que o governo não esteja, talvez, repassando o dinheiro da contribuição do INSS para a Receita Federal, o professor não tem nem o INSS, nem o lamspe, Sr. Presidente. O professor está totalmente à deriva, do ponto de vista da sua assistência médica, da questão das licenças e da questão da sua aposentadoria também.

Apresentei outras emendas, Sr. Presidente, mas essas são talvez as mais importantes para esse momento. Tem a questão dos diretores também. Eu apresentei uma emenda resolvendo essa situação da avaliação, que é uma tentativa de controlar os gestores da rede estadual. Tem uma emenda também resolvendo essa situação.

O projeto é muito ruim nesse aspecto, Sr. Presidente, mas espero que as nossas emendas sejam aprovadas e faço já um apelo aos 94 deputados - 93, o meu mandato não conta aí - e

deputadas para que aprovem essas emendas que eu apresentei da nº 1 a nº 6, Sr. Presidente, que são as primeiras emendas apresentadas e publicadas no Diário Oficial no dia de hoje, aqui no Diário Oficial do Poder Legislativo, para que nós possamos corrigir essas falhas, esses erros.

“Erros” entre outras, Sr. Presidente, porque esse governo é de uma perversidade sem precedentes de ataque à dignidade e aos direitos do Magistério estadual.

E também, por fim, Sr. Presidente, apresentei também um projeto resolvendo a questão dos secretários das escolas estaduais, do reequacionamento desses profissionais, que era uma promessa do governo que não se realizou, mas eu apresentei a emenda, está aqui também. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\*\*\*
- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, agora já na Lista Supplementar, chamo o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente Giannazi, eu também quero fazer coro com V. Exa. com relação a esse PLC que o governador Tarcísio, conhecido como “Tarcísio, o Privatizador” mandou a esta Casa.

É fato que a grande agressão, além de todas essas questões que V. Exa. falou aqui desta tribuna, mas a grande agressão à Educação é a PEC que já está aqui tramitando, que trata de remanejamento de recursos da Educação para a Saúde. São praticamente quase dez bilhões - alguns falam em 9,7 bi - que pretende “O Privatizador” tirar da Educação e levar para a Saúde.

É fato que a Saúde precisa de dinheiro, mas não dá para tirar da Educação. Tem que buscar que haja uma forma de arrecadação mais eficiente para que cubra os gastos com a Saúde, porque, presidente Carlos Giannazi, V. Exa. que defende bastante aqui os profissionais da Educação, que defende uma educação de qualidade, assim como também é o nosso mandato na defesa de uma educação de qualidade...

É fato que primeiro que o professor ainda é muito, vamos dizer, desvalorizado ou mal valorizado do ponto de vista salarial. Depois os governos - não só este governo, mas os governos anteriores - foram fazendo reformas, foram mexendo com a Educação de que nós temos centenas de vagas para que tivéssemos professores concursados, professores de carreira, que também não é cumprido pelo Governo do Estado de São Paulo e nós temos escolas caindo aos pedaços.

Quem andar pela periferia e visitar escolas do Estado, vai ver que nós temos escolas que muitas vezes nem quadra coberta têm.

Então, não dá para tirar o dinheiro da Educação como quer o governo Tarcísio de Freitas.

E nós também vamos promover emendas a esse PLC que trata da Educação. Nós também estamos construindo as emendas, vamos publicá-las, mas esse governo tem dificuldade de aceitar as emendas dos Srs. Deputados. Vários projetos que nós nos colocamos aqui para que eles fossem aperfeiçoados, na hora o relator acaba rejeitando as emendas.

É o caso agora que está em curso aqui um projeto inconstitucional que trata da privatização da Sabesp, porque o governo tinha que mandar uma alteração à Constituição do Estado, e ele mandou um PL, um projeto de lei, que é votado por maioria simples. Para votar um PL, por maioria simples, precisa de 48 votos dos 94 Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Para alterar a Constituição do Estado, precisa de 57 votos. E o relator, deputado Barros Munhoz, fez um contorcionismo jurídico para construir um relatório que autorizasse então a privatização da Sabesp, e que está sendo motivo de judicialização e vai ser motivo de várias ações, que vão entrar pelo Tribunal de Justiça e chegar até o Supremo Tribunal Federal.

É fato que quando o secretário de Educação esteve aqui, a grande cobrança foi a questão da falta-aula, a falta-aula que o professor chega, e se atrasar 15 minutos para dar uma aula, ele acaba perdendo o dia.

Ele traz essa questão nesse projeto, nesse PLC nº 143, mas ele mexe também com uma questão importante, que a gente precisa avaliar bem, que é um dos pontos de grande polêmica, que é a determinação de que diretores e supervisores sejam submetidos a avaliação de desempenho para aferição de metas estabelecidas pela Secretaria de Educação com a penalização aos que não forem aprovados. Não se promove a valorização de profissionais com medidas dessa natureza, que poderão resultar de remoção forçada.

Então ele traz nesse PLC a possibilidade de remoção forçada de diretores de escola, de supervisores. Isso é uma questão, deputado Carlos Giannazi, que nós temos que propor emenda para corrigir, dentre outras.

Então um projeto traz algumas questões que são reivindicações do Magistério de muito tempo, desde quando o predador, nós tivemos um governador aqui que foi conhecido como João Agripino Doria, o predador.

A legislação que ele mandou para esta Casa, as várias leis que ele mandou para esta Casa, também conhecido como João Enganador, foi para prejudicar no máximo os funcionários públicos, não só professores.

Professores, médicos, auditores, policiais. Toda a legislação dele, principalmente no que se refere à questão da lei previdenciária, que tem vários dispositivos ali inconstitucionais.

É fato que agora, lá em Brasília, uma lei do presidente Lula foi aprovada, está para ser sancionada, que cria a lei orgânica nacional das polícias civis, que vai corrigir em alguns aspectos a Lei nº 1.354, de autoria do governo anterior, que nós inclusive fomos até o Ministério Público, nós queremos impugnar principalmente aquele Art. 12, § 2º, que trata que para se aposentar tem que ter cinco anos na classe ou nível, que atinge inclusive os professores, atinge os policiais civis, policiais técnico-científicos, penais, professores e todos aqueles que têm na sua carreira classe e nível.

Inclusive o governador foi notificado, presidente Giannazi, com essa ação nossa, para em 15 dias responder e explicar o porquê dessa lei, que tem esse dispositivo inconstitucional, e a SPPrev aplica da melhor forma, se locupletando, se apropriando, dos direitos dos servidores.

Então, tanto o João Doria, o privatizador, o enganador, como o Tarcísio também, o cara que quer vender a Sabesp, vender o Metrô, vender a Companhia de Trens Paulista, a CPTM.

Empresas que nós passamos a vida inteira para construir com o dinheiro dos nossos impostos, dos nossos antepassados, dos nossos ancestrais, dos nossos pais, dos nossos avós, e ele quer entregar para o mercado, quer entregar para os empresários de mão beijada, não sei por quê.

Assim como ele, o governador anterior só praticou essas agressões aos servidores, aos professores, e nós temos que denunciar e buscar conscientizar esses servidores que têm que lutar, têm que se organizar.

Tem que lutar para não deixar que esse movimento privatista se perpetue e para não deixar que os serviços públicos como Educação, Saúde e Segurança sejam sucateados, sejam precarizados com essas políticas que o governo aplica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de chamar V. Exa. para continuar presidindo a sessão, para que eu possa novamente fazer uso da tribuna, em rezeamento com Vossa Excelência. Já que só estamos os dois hoje aqui, vamos revezando.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

\*\*\*